



Pelo Presente instrumento, encaminha-se o **DOCUMENTO DE ESTUDO TÉCNICO**

PRELIMINAR

ETP – nº __/2026

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Trata-se de Estudo Técnico Preliminar (ETP) de Nº __/26 a demanda ora em análise refere-se ao Documento de Formalização de Demanda da Secretaria Municipal de Educação.

1.2. O objeto deste Estudo Técnico Preliminar é análise de viabilidade técnica e econômica para solução no atendimento da demanda de transportes escolar diário para os educandos da escola Nivalda Lima, do município de Itabaiana - SE, que necessitam de transporte escolar para apoio ao ensino como mecanismo indispensável para garantir o acesso e a permanência do aluno na escola.

1.3. Entende-se que o serviço deva ser contínuo devido à essencialidade e necessidade pública permanente à administração considerando que sua interrupção comprometeria a continuidade das atividades educacionais. Por suas características pode ainda ser classificado como de natureza comum.

Secretaria Solicitante :Secretaria Municipal de Educação

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

A Constituição Federal de 1988 assegura ao aluno da escola pública o direito ao transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação. A Lei nº 9.394/96, mais conhecida como LDB, também prevê o direito do aluno no uso do transporte escolar, mediante a obrigação de estado e municípios, conforme transcrição abaixo: Art.208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: ...VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional Escolar nº 59, de 2009).

2.1. Ademais, a demanda exsurge da necessidade imperiosa de deslocamento dos alunos da Escola municipal Nivalda Lima, devido ao fato superveniente, conforme indigitado no Documento de Formalização da Demanda – DFD, oportunidade em que oportunidade em que transcrevo-o e incorporo-o ao presente, vejamos:

“A disponibilização de solução para o transporte escolar, faz-se necessário para atender:



000016

m

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

1.1. A demanda de alunos do município que necessitam de transporte para se deslocar de suas residências até as escolas em que os mesmos estudam, em atendimento ao art. 208 da Constituição Federal, que cita: "VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolas, transporte, alimentação e assistência à saúde".

1.2. A demanda de alunos que necessitam de transporte escolar acessível da Escola Nivalda Lima no Município de Itabaiana/SE,

1.3. Devido a reforma excepcional, da qual a escola necessita de intervenção de modo inopinado, de modo que inviabilizou a utilização das instalações, assim, os, aproximadamente, 950 (novecentos e cinquenta) infantes matriculados naquela instituição de ensino, necessitaram de um transporte adicional, até a novel localidade, longínqua do bairro ao qual atendia.

1.3. Auxiliar linhas de transporte escolar terceirizados, suprimindo a elevação na quantidade de alunos com o retorno das aulas presenciais da rede municipal, as quais ultrapassam a quantidade máxima de lugares possíveis em um veículo de transporte escolar."

2.3. O quilômetro diário poderá ser alterado conforme as necessidades de transporte, sendo o trajeto máximo diário que está na planilha, **sendo estimado ano letivo conforme calendário escolar 2026.**

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

➤ Consiste no estudo e análise das alternativas possíveis de soluções, para chegar a uma melhor solução visando a demanda que é transportar alunos, para atendimento da demanda de serviços da Secretaria Municipal de Educação. No mercado é possível encontrar as opções de mercado elencadas doravante.

Inicialmente, sumariamente, já se tem por inviabilizado à utilização de veículos pequenos, que transportam poucos passageiros, como motocicletas e carros de passeio, já que tornariam necessário diversas viagens simultâneas, o que assoberbaria, demasiadamente o custo de transporte, já que, factualmente o número de veículos atualmente utilizados, 66 (sessenta e seis), poderiam vir a ser majorados, no sentido de multiplicá-los demasiadamente, o que, de modo sumário já se observa que iria tanto dilapidar o erário público quanto iria comprometer o requisito de sustentabilidade, tendo em vista o aumento exponencial de consumo de combustível fóssil.



000017

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

Ademais, na conformidade do tópico anterior, a utilização de veículos sustentáveis, como ônibus elétrico, ainda que possa ser alegado a mitigação dos impactos ambientais, tal opção revela outros problemas igualmente desafiadores, pois, considerando o mercado local, inexistem autorizadas e/ou oficinas especializadas para realizar os serviços de manutenções, sejam preventivas sejam corretivas e, mesmo que a média divulgada por sítios especializados, referente a autonomia dos veículos por carga elétrica, possa alcançar os 500 kWh, ou seja, necessitando de apenas uma carga ao dia, conforme parágrafo anterior, engarrafamento no trânsito e outros fatores, podem vir a tornar necessário uma carga, mesmo que parcial, durante o percurso e, considerando a falta de estrutura para recargas de veículos dessa natureza, nas rodovias, pode vir a fazer com que o transporte seja interrompido durante sua execução, o que, além de gerar problemas de segurança evidentes e presumíveis, tal ato é enquadrado como infração de trânsito, consoante o Art. 180 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB – Pane Seca –, que importa numa multa no valor de R\$ 130,16 (centro e trinta reais e dezesseis centavos), com aplicação de 04 (quatro) pontos na carteira do condutor e, não bastasse, aqueles alunos podem vir a não chegar no destino, comprometendo, por desdobramento lógico o fim pretendido, que seria o traslado do alunado até o polo educativo, o que, repito, inviabiliza a utilização de tal metodologia, ainda que, o preço reduzido, inerente ao consumo de energia elétrica, em detrimento do alto custo de aquisição do veículo seja positivo.

Ademais, observa-se que a opção de veículo mais lógica é a utilização de ônibus, pois, considerando que cada percurso, possui em média, 04 (quatro) unidades educacionais e, por unidade educacional, há o transporte, médio, de 12 (doze) alunos, por unidade educacional, observa-se que, por rota, há o transporte médio de 50 (cinquenta) passageiros. Portanto, pelas características da demanda pública, a utilização de veículos, que não comporte aquele quantitativo, importaria na utilização de mais veículos o que, repito, resultaria em altos custos financeiros, já que seriam necessários mais veículos, quanto no comprometimento da sustentabilidade ambiental, já que, com mais veículos, seriam necessários mais insumos (de manutenção e operação), o que demanda uma maior utilização de recursos naturais, comprometendo a incolumidade do meio-ambiente.

O fato narrado acima, já demonstra, indiscutivelmente, que a opção pela utilização de ônibus já se demonstra como sendo a medida mais cerebral, já que, os ônibus transportam, em média de 42 (quarenta e dois) à 60 (sessenta) passageiros simultâneos, some-se a isso o fato de que, conforme é cediço, a utilização de veículos rodoviários que transportam o máximo de passageiros de passageiros, tanto quanto possível, recai na redução da quantidade de veículos utilizados, redundando não só na economia de custos (combustível, salário motorista, manutenções preventivas e corretivas), como também agride menos o meio-ambiente além



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000018

de contribuir para a fluidez no trânsito, o que, reafirmo torna, acima de qualquer dúvida razoável, como a única opção.

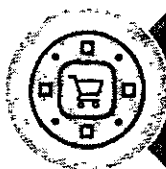
Volvendo-se ao cerne das opções de mercado, reputamos que as contratações públicas possuem múltiplos interesses confluentes, não restringindo-se, tão apenas, ao aspecto econômico-financeiro, sendo que o interesse público abrange uma ampla gama de interesses, como o de prover contratações sustentáveis, dentre diversos outros interesses, sobretudo, os contantes no Art. 5º e Art. 11, ambos da Lei Federal Nº 14.133/2021.

Nesse toar, para a demanda em cotejo, reputamos que as opções de mercado serão escrutinadas sobre os seguintes pontos de interesse:

Quanto ao Impacto Ambiental

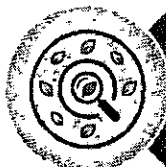
Nesse ao aspecto em questão, foi considerando o disposto no Manual de Compras Baseadas na Relação Custo – Benefício, prolatado pelo Ministério da Inovação em Serviços Públicos, disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/manuais/manual-governanca-nas-contratacoes/manual-de-compras-baseadas-na-relacao-custo-beneficio.pdf>.

A diretiva citada acima, em especial, no descrito no tópico 3.1.2, daquele material, onde diz que, na análise do custo de propriedade da opção de mercado, deve ser avaliado o quanto de recursos naturais é utilizado na produção do bem e/ou prestação de serviços, o impacto que o bem, ou serviço, impõe na natureza, durante a sua utilização e, quando o bem não mais servir, os impactos da sua destinação final.



Econocimidade

Neste tópico será avaliado, tão somente, o dispêndio que será necessário para implementação da solução de mercado, considerando os custos diretos e indiretos.



Impacto Ambiental

Neste tópico será avaliado os impactos que a solução de mercado irá impor ao meio ambiente, tanto no seu escopo quanto na extensão dos possíveis danos.



Logística Sustentável

Foi considerado preceito da utilização do mínimo de matérias de apoio administrativo, em sentido amplo, especialmente os compostos por plásticos, que agredem, com maior intensidade, o meio-ambiente, como meio de garantir a sustentabilidade das contratações públicas, sobretudo avaliando a logística reversa.

Quanto ao Ciclo de Vida

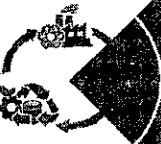
Na mesma lógica do tópico, com base naquele mesmo material de apoio, as diretivas daquele tópico, será apreciada conforme o tópico 3.1.1., vejamos:

“O Custo do Ciclo de Vida tem como finalidade determinar e demonstrar as vantagens econômicas relativas a diferentes alternativas de aquisição de uma forma analítica, através da utilização de métricas objetivas, demonstrando que a compra de produtos de alta qualidade pode levar a melhores resultados econômicos a longo prazo. (USTDA, tradução própria)”



viabilidade operacional e disponibilidade

Nesse tópico, iremos apreciar a expertise técnica interna, desta instituição, no sentido de gerir e operacionalizar a opção, bem como o grau de dificuldade de implementá-la e a garantia de que possamos utilizá-la ao longo do tempo.



Ciclo de vida da opção

Neste tópico, considerar-se-á a longevidade da opção de mercado, no sentido de quanto tempo perdurará e dos custos intercorrentes que serão necessários para viabilizar a sua plena execução.

Ademais, os tópicos descritos acima, serão ordenados segundo as seguintes grandezas:

Aderência ao Preceito

Classificação



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000019

2	Baixo
3	Médio
4	Alto

* Para fins de facilitar a compreensão do presente estudo, informa-se que os tópicos adiante, abordarão a composição dos custos na perspectiva global, já que, algumas alternativas de mercado demandam um alto custo quando da implementação e, posteriormente, os custos são minorados, diluindo-a no espraio do tempo, na medida em que aportes não serão necessários, havendo uma espécie de equalização anual.

** Ademais, ao final, serão atribuído classificação, para cada opção de mercado, seguindo os parâmetros avaliativos supra, ponderando-se nota final total.

*** Por fim, considerando que, considerando o histórico pregresso desse órgão, na forma do Inc. III, do Art. 10, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, engloba metodologias de trabalho dicotômicas – diversos roteiros distintos -, assim, como meio de equalizá-las e viabilizar o cotejo direto, entre as mesmas, será considerado a rota de nº 01, do contrato nº 051/2022, que possuímos atualmente vigente para a realização do transporte, assim, a rota em questão possui uma totalidade anual de, aproximadamente, 3.200 km (três mil e duzentos quilômetros), para os 200 (duzentos) dias letivos anuais.

✓ Cessão dos veículos

3.1. Nessa opção de mercado, em suma, instaríamos outros órgãos públicos sobre a disponibilidade de veículos ociosos, para nos serem disponibilizados, sem ônus de transferência, e ficaríamos responsáveis, tão apenas, pelos custos de propriedade e de operação da opção de mercado.

Considerações:

vantagens

- Baixo impacto ambiental, tendo em vista que, mesmo que o veículo não venha a ser utilizado, efetivamente, por esta municipalidade, os insumos necessários para a sua utilização e manutenção seriam, de modo que, conforme as diretrizes legais, poderíamos ordenar a aquisição de matérias que tanto em sua composição quanto no descarte, após o fim do seu ciclo de vida útil, não agredam o meio-ambiente, de modo a preservá-lo.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000020

- Ciclo de vida útil, pois, conforme a Instrução Normativa RFB Nº 1.700/2017, para veículos dessa natureza, teria um ciclo de vida útil de 10 (dez) anos).
- Sobre o aspecto da logística sustentável, tal opção é salutar, pois, na conformidade do tópico anterior, com alta especialização deste ente público em tal será, geriríamos de forma primorosa de modo que não haveriam nem desperdícios de custos e/ou de mão-de-obra na gerencia da frota.

- Alto custo inerente para essa opção de mercado, vide que conforme cálculo demonstrativo, *in fine*¹, representa um custo anual total de R\$ 281.600,00 (duzentos e oitenta e um mil, seiscentos reais).

- Sobre o aspecto da viabilidade operacional e disponibilidade, tal opção é despiciente, tanto porque, em primeiro momento, por estarmos recebendo um veículo de outro órgão, correríamos o risco de recebe-lo com necessidade de manutenções, o que aumentaria ainda mais o custo da opção de mercado, como também que ele não atenda plenamente nossa necessidade, onde teríamos de despendar valores com ajustes e adaptações. Não bastasse tal entreve, há outro problema significativo quanto a disponibilidade da solução de mercado, tendo em vista que o órgão concedente poderia requisitar, a qualquer tempo, o veículo e ficaríamos, de modo inopinado, desassistidos da opção de mercado, o que poderia ressaltar na interrupção do serviço público essencial de educação.

DESVANTAGENS

¹ Do custo, para o detalhamento do quantitativo do valor valemo-nos da composição de custos cartilha do FNDE – Entendendo os Custos do Transporte Escolar –, donde arrima as




000021

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

perspectivas gerais¹, aliado com o módulo 6 da cartilha – Metodologia de Custo do Transporte Escolar Rural –, que descreve, de modo complementar a cartilha anterior, a metodologia dos cálculos, vejamos:

Entendendo os Custos do Transporte Escolar



CARTILHA 2019

- Custos Variáveis:**
 - Custos Variáveis: Combustível, Óleo e Lubrificantes, Rodagem e Peças e Acessórios
 - Combustível:** o custo com combustível é definido a partir do preço do litro do combustível utilizado pelo veículo e seu consumo para a realização do Transporte Escolar. É importante observar que cada veículo pode adotar tipos diferentes de combustível e também apresentar índices de consumo distintos.
 - Óleo e Lubrificantes:** o custo com óleo e lubrificantes é definido pelo consumo desses insumos e o custo do litro desses óleos e lubrificantes. Caso o município não

6. METODOLOGIA DE CUSTOS NO MODO RODOVIÁRIO

Como dito anteriormente, a metodologia de cálculo do custo do Transporte Escolar no modo rodoviário pode ser dividida em custos fixos e variáveis. Vamos conhecer quais variáveis os compõem.

Custos Fixos	Custos Variáveis
Depreciação	Combustível
Remuneração do Capital	Lubrificantes
Custo com Pessoal	Rodagem
Custos Administrativos	Peças e Acessórios

*** Custos Fixos**

Custos Fixos = Depreciação + Remuneração do Capital + Custos Administrativos

CUSTOS FIXOS

Depreciação: consiste na perda do valor de um bem, devido ao uso, deterioração ou obsolescência tecnológica. Esse valor é calculado, pois, toda bem, como por exemplo, o ônibus, possui uma vida útil limitada. Assim, o veículo será utilizado por um período de tempo, perdendo sua utilidade e valor em função do uso, da ação do tempo ou da obsolescência.

Remuneração do Capital: também conhecida como custo de oportunidade, representa o valor da melhor alternativa de investimento que uma empresa pode escolher. Assim, a remuneração do capital significa o valor que a empresa de transporte escolar obtinha se optasse em investir em outro negócio, ao invés de realizar atividades com o transporte escolar.

Custo com Pessoal: envolve os custos com motorista, custo com pessoal da manutenção e custo com o monitor, caso exista. Assim, nesse custo são computados tanto o salário dos profissionais como os encargos sociais envolvidos.

Os Custos administrativos: envolvem IPVA, licenciamento, seguro DPVAT, seguro de responsabilidade civil e seguro de danos pessoais e materiais.

tenha o consumo real desses insumos, o cálculo do seu custo pode ser estimado a partir do consumo com o óleo diesel, a partir da adoção de um coeficiente de consumo de óleos e lubrificantes.

Rodagem: os custos com a rodagem envolvem aqueles com os pneus. Ou seja, o valor do pneu novo, das recapagens e da vida útil do pneu.

Peças e Acessórios: o custo com peças e acessórios é calculado a partir do consumo mensal desses insumos e o preço de cada um. Caso o município não tenha o controle real desse custo, o mesmo pode ser estimado como um valor percentual do preço médio do veículo, definido a partir de um coeficiente de consumo de peças e acessórios.

*** CUSTO TOTAL DO MODO RODOVIÁRIO**

O custo total do modo rodoviário é obtido a partir da multiplicação dos custos fixos por doze e dos custos variáveis por dez.

Custo no modo rodoviário = (12 x Custos fixos) + (10 x Custos variáveis)

A multiplicação dos custos fixos por doze se dá em função de que o mesmo ocorre durante o ano todo, sendo então multiplicado pelo número de meses do ano, uma vez que, como visto anteriormente, seus custos são contínuos, independente da operação do serviço. Já os custos variáveis são multiplicados por dez porque o mesmo só é calculado durante um ano letivo, que geralmente é composto por 10 meses.

¹ Disponível em:

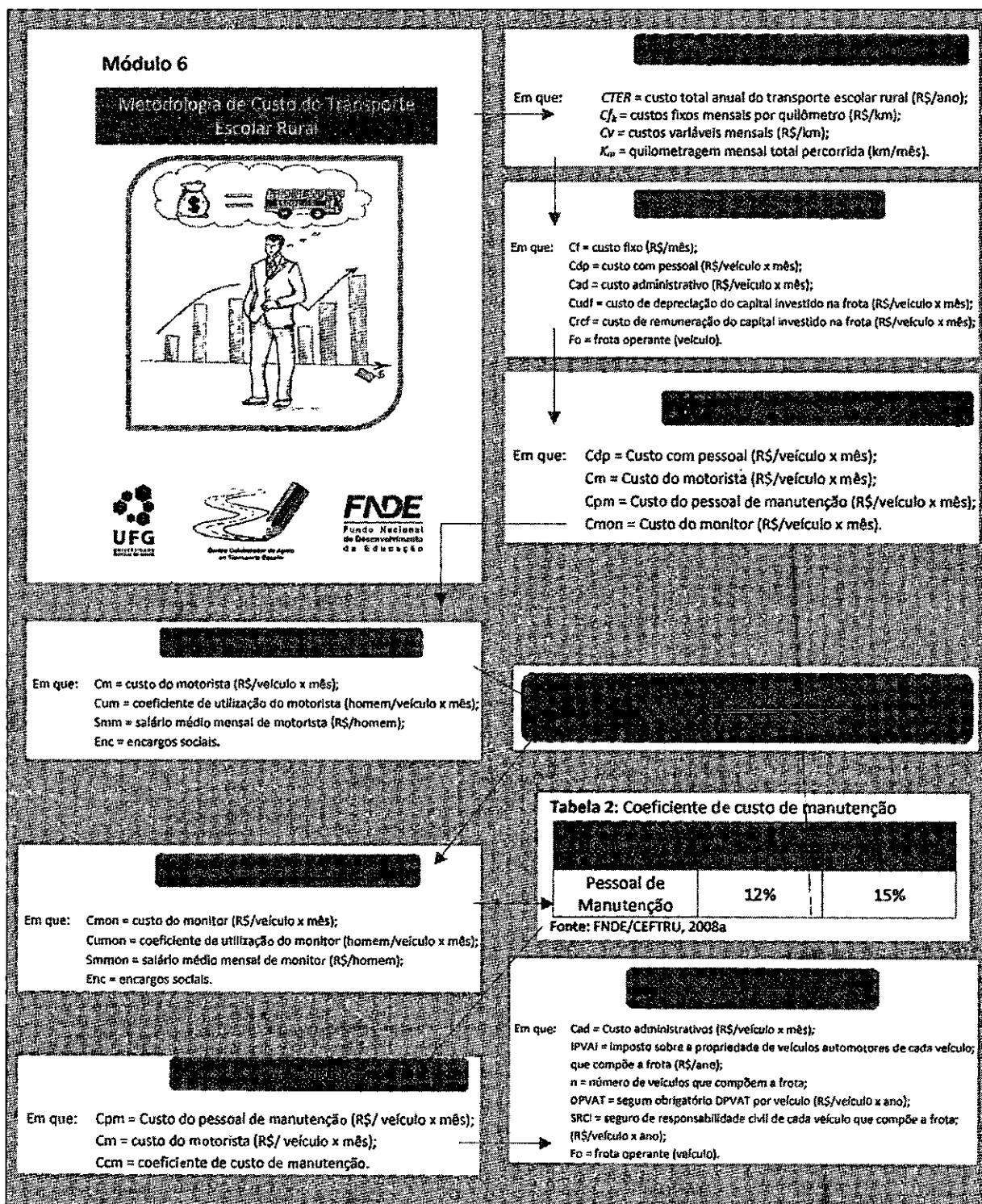
https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/transporte_escolar/manuais_material_apoio/cartilhas2019/02%20-%20Custo%20do%20Transporte%20Escolar.pdf



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000022

W



Demonstração visual dos custos:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000023

m



Depreciação mensal:
R\$9.316,67

Combustível:
R\$/km 1,87

Pneus/rodagem:
R\$/km 0,15

Motorista + Encargos
+ Manutenção mensal
R\$ 3.435,35

Óleos lubrificantes:
R\$/km 2,11

Remuneração Capital
mensal:
R\$ 6.987,50

VALOR TOTAL DA OPÇÃO DE MERCADO ANUAL: R\$ 328.322,78*

- Demonstração do cálculo, na forma dos manuais do FNDE, com indicação das premissas que subsidiaram os cálculos, com indicação das fontes:

Tópico 4 – CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR NO MODO RODOVIÁRIO

Premissas adotadas (todas explicitadas)



000024

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

- ☐ Valor do veículo-tipo (Pvsr) = R\$ 1.118.000,00 – Valor auferido no Portal nacional de compras Públicas – PNCP, de contratação simil ao qual se faria necessário, disponível em: <https://pncp.gov.br/app/editais/76995414000160/2025/243>.
- ☐ Vida útil (VU) = 10 anos – Conforme o código 8605, do Anexo III - TAXAS ANUAIS DE DEPRECIACÃO, da Instrução Normativa RFB Nº 1700, de 14 de março de 2017.
- ☐ Depreciação = **10% ao ano linear** (VR = 0%, conforme “depreciação de 10% ao ano”) – Conforme o código 8605, do Anexo III - TAXAS ANUAIS DE DEPRECIACÃO, da Instrução Normativa RFB Nº 1700, de 14 de março de 2017.
- ☐ Taxa SELIC (TRC) = **15,00% a.a.** (vigente em 11/2025)
- ☐ Preço diesel (Plc) = R\$ 6,24/litro – Valor consignado para o item em questão, de nossa Ata de Registro de Preços Nº 006/2025, que possui como objeto: Registro de Preços visando futura e eventual aquisição parcelada de combustível (óleo diesel s-10).
- ☐ Preço óleo lubrificante = R\$ 42,28/litro – Valor auferido no Portal nacional de compras Públicas – PNCP, de contratação simil ao qual se faria necessário, que seria o item 1009, daquela contratação, disponível em: <https://pncp.gov.br/app/editais/91566851000151/2025/97>.
- ☐ Preço pneu novo (Ppn) = R\$ 1.410,00 – Valor consignado para o item em questão, de nossa Ata de Registro de Preços vigente, que possui como objeto: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de pneus novos, câmaras de ar e protetores, destinados à manutenção da frota de veículos da Prefeitura de Itabaiana e Órgãos Participantes.
- ☐ Quilometragem mensal total (Km) = **3.200,00 km/mês** – Conforme rota padronizadora descrita anteriormente.
- ☐ Custo peças e acessórios = **R\$ 1.787,16 anual total** (para toda a operação) – Valor auferido no Portal nacional de compras Públicas – PNCP, de contratação simil ao qual se faria necessário, que seria o item 1001; 1002; 1003; 1004; 1005; 1006; 1007; e 1008, daquela contratação, disponível em: <https://pncp.gov.br/app/editais/91566851000151/2025/97>.
- ☐ Salário mensal motorista (Smm) = **R\$ 2.369,21** – Valor médio auferido por motoristas de veículos dessa natureza, extraído da folha de pagamento desse município, com base no mês de março.
- ☐ Frota operante (Fo) = **1 veículo** (cálculo feito para uma única unidade, pois Km e salário são dados como totais/único motorista)
- ☐ Coeficiente utilização motorista (Cum) = 1,0



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000025

- ☐ Encargos sociais (Enc) = 45% (padrão CLT médio para motoristas no Brasil em 2025 – INSS + FGTS + 13º + férias + etc.)
- ☐ Monitor = R\$ 0,00 (salário não informado, já que será um custo comum a todas as opções de mercado, a ser custeado por este município, através de servidor público, sendo que a informação apenas complexaria o cotejo despropositadamente)
- ☐ Custos administrativos (Cad) = R\$ 0,00 (IPVA, DPVAT, SRC não informados por força da mesma justificativa apresentada anteriormente)
- ☐ Consumo combustível (Ccc) = 0,30 l/km (\approx 3,33 km/l – típico ônibus escolar rural em estradas mistas, conforme estudos FNDE e exemplos reais)
- ☐ Consumo lubrificantes (Ccol) = 0,05 l/km (média exata da Tabela 4 do módulo)
- ☐ Rodagem: 6 pneus, recapagem R\$ 500/unidade (média 2025), 2,5 recapagens, vida útil 105.000 km (média Tabela 5 do módulo)

Fórmula principal (página 6 do módulo):

Parte A — variáveis unitárias anuais (cálculos passo a passo)

1. **Quilometragem** anual (Kmanual)
 $K_{\text{manual}} = K_{\text{m}} \times 12 = 3.200 \text{ km/mês} \times 12 = 38.400 \text{ km/ano.}$
2. **Depreciação** anual do veículo (Cdp)

Depreciação	linear	=	Pv _{sr}	×	taxa	depreciação
-------------	--------	---	------------------	---	------	-------------

 $\text{Taxa} = 10\% \text{ a.a.} \rightarrow C_{\text{dp}} = 1.118.000,00 \times 10\% = \text{R\$ } 111.800,00/\text{ano. (ou } P_{\text{vsr}} / \text{VU} = \text{mesmo resultado)}$
3. **Consumo combustível** anual e custo (Ccomb_ano)
 $\text{Litros/ano} = C_{\text{cc}} \times K_{\text{manual}} = 0,30 \text{ l/km} \times 38.400 \text{ km} = 11.520 \text{ litros/ano.}$
 $\text{Custo combustível anual} = \text{litros} \times P_{\text{lc}} = 11.520 \times 6,24 = \text{R\$ } 71.884,80/\text{ano.}$
4. **Consumo lubrificante** anual e custo (Club_ano)
 $\text{Litros lubrificante/ano} = C_{\text{col}} \times K_{\text{manual}} = 0,05 \times 38.400 = 1.920 \text{ litros/ano.}$
 $\text{Custo lubrificante anual} = 1.920 \times 42,28 = \text{R\$ } 81.177,60/\text{ano.}$
5. **Custo peças e acessórios** anual (Cpa)
 $C_{\text{pa}} = \text{R\$ } 1.787,16/\text{ano (fornecido).}$
6. **Pneus** — custo anual (Cpn_ano)
 $\text{Detalhes: 6 pneus por veículo; Pneu novo } P_{\text{pn}} = \text{R\$ } 1.410,00; \text{ recapagem custo}$



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000026

Rrecap = R\$ 500/unidade; média de 2,5 recapagens por pneu ao longo da vida útil; vida útil por conjunto = 105.000 km (premissas).

Primeiro calcular quantas trocas (conjuntos) por ano:

- Vida útil de um conjunto = 105.000 km → número de conjuntos usados por ano
 $= K_{\text{manual}} / 105.000 = 38.400 / 105.000 \approx 0,365714$ conjuntos/ano.
Cada conjunto tem 6 pneus; custo por conjunto novo = $6 \times P_{\text{pn}} = 6 \times 1.410 = \text{R\$ } 8.460,00$.

Recapagens: cada pneu tem em média 2,5 recapagens ao longo de sua vida; custo médio de recapagem por pneu ao longo da vida = $2,5 \times 500 = \text{R\$ } 1.250$ por pneu durante a vida útil (mas precisamos anualizar).

Custo pneus anual — abordagem 1 (simplificada, anualizando o custo total por km):
Custo de aquisição + recapagens por pneu ao longo da vida = $P_{\text{pn}} + (2,5 \times 500) = 1.410 + 1.250 = \text{R\$ } 2.660$ por pneu na vida útil. Para 6 pneus: $6 \times 2.660 = \text{R\$ } 15.960$ por conjunto ao longo da vida útil (105.000 km). Custo por km = $15.960 / 105.000 = \text{R\$ } 0,152$ R\$/km.
Custo anual = custo por km $\times K_{\text{manual}} = 0,152 \times 38.400 = \text{R\$ } 5.836,80/\text{ano}$ (aprox).

Vamos mostrar os passos numéricos claros:

- Custo total por conjunto ao longo da vida = $6 \times (P_{\text{pn}} + 2,5 \times R_{\text{recap}}) = 6 \times (1.410 + 1.250) = 6 \times 2.660 = 15.960$.
- Custo por km = $15.960 / 105.000 \approx 0,1520$ R\$/km.
- Custo anual pneus = $0,1520 \times 38.400 \approx \text{R\$ } 5.836,80/\text{ano}$.

7. Salário e encargos do motorista — custo anual (Cms_ano)
Salário mensal Smm = R\$ 2.369,21.
Salário anual = $12 \times 2.369,21 = \text{R\$ } 28.430,52$.
Encargos 45% sobre salários: Encargos = $0,45 \times 28.430,52 = \text{R\$ } 12.793,73$.
Custo total anual motorista = $28.430,52 + 12.793,73 = \text{R\$ } 41.224,25/\text{ano}$.

8. Custos administrativos Cad = R\$ 0,00 (premissa).

9. Outros custos fixos e variáveis relevantes:

- Custo com lubrificantes e combustível já calculados (itens de operação variável por km).
- Consideraremos Cudf (custo unitário de depreciação do frotista?) e Crcf etc conforme fórmula pedida. Como as siglas não foram detalhadas na pergunta, vou assumir a decomposição típica:



000027

m

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

- $Cdp = \text{depreciação anual (já calculado)} = R\$ 111.800,00/\text{ano}.$
- $Cad = \text{custos administrativos} = R\$ 0,00/\text{ano}.$
- $Cudf = \text{custo uso do veículo fixo (podemos entender como custo com motorista e encargos anual)} \rightarrow \text{usarei } Cudf = \text{custo anual motorista} = R\$ 41.224,25/\text{ano}.$
- $Crcf = \text{custo de reparos e conservação fixos (peças e pneus anualizados)} = Cpa + Cpn_{\text{ano}} = 1.787,16 + 5.836,80 = R\$ 7.623,96/\text{ano}.$

Parte B — Cálculo do Custo Fixo no Modo Rodoviário (Cf)
Fórmula informada: $Cf = (Cdp + Cad + Cudf + Crcf) \times Fo$.

Substituindo:

Cdp	=	111.800,00
Cad	=	0,00
Cudf	=	41.224,25
Crcf	=	7.623,96
$Fo = 1$		

Soma interna = $111.800,00 + 0,00 + 41.224,25 + 7.623,96 = R\$ 160.648,21$

Logo:

$Cf = 160.648,21 \times 1 = R\$ 160.648,21/\text{ano}.$

Parte C — Cálculo do CTER
Fórmula dada: $CTER = (12 \times Cfk + 10 \times Cv) \times Km$

Precisamos identificar Cfk (custo fixo por mês?) e Cv (custo variável por km?), e Km (quilometragem mensal total = 3.200 km). Interpretação comum:

- $Cfk = \text{custo fixo mensal por veículo} = Cf / 12.$
- $Cv = \text{custo variável por km (R\$/km)} = \text{soma dos custos operacionais variáveis por km (combustível, óleo, manutenção corretiva por km, pneus por km, etc.)} / \text{ou em R\$/km}.$

Cálculos:

1. $Cfk = Cf / 12 = 160.648,21 / 12 = R\$ 13.387,35/\text{mês}.$

2. Cv — custo variável por km:

Componentes variáveis por km típicos:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000028

- Combustível por km = $Plc \times Ccc = 6,24 \times 0,30 = R\$ 1,8720 /km.$
- Lubrificante por km = $42,28 \times 0,05 = R\$ 2,1140 /km.$
(Observação: lubrificante custo por km parece alto devido ao preço e consumo; mantemos conforme premissas.)
- Manutenção corretiva e peças por km = $Cpa / Kmanual = 1.787,16 / 38.400 = R\$ 0,04656 /km.$
- Pneus por km = já calculado como $\approx R\$ 0,1520 /km$ (ver Parte A).
- Outros variáveis (não informados): consideramos zero adicionais.

Somando:

$$Cv = 1,8720 + 2,1140 + 0,04656 + 0,1520 = R\$ 4,18456 /km \approx R\$ 4,1846/km.$$

3. Aplicar fórmula CTER:

Primeiro calcular $12 \times Cfk + 10 \times Cv$:

$12 \times Cfk = 12 \times 13.387,35 = R\$ 160.648,20$ (coerente com Cf anual).

$10 \times Cv = 10 \times 4,18456 = R\$ 41,8456 /km$ (atenção: unidade R\$/km multiplicada por 10 resulta R\$/km — fórmula depois multiplica por Km, portanto consistente).

Agora:

$$CTER = (12 \times Cfk + 10 \times Cv) \times Km$$

$$= (160.648,20 + 41,8456) \times 3.200$$

Observação de unidades: 160.648,20 é R\$/ano; 41,8456 é R\$/km — mas a fórmula original parece combinar termos com unidades diferentes; mais coerente é interpretar $10 \times Cv$ como 10 (R\$/km) resultando em R\$/km que será multiplicado por Km (km/mês) para dar R\$/mês ou R\$/ano — seguindo a fórmula tal como dada, procedo numericamente:

$$\text{Somatório} = 160.648,20 + 41,8456 = 160.690,0456$$

Multiplicando por Km (3.200):

$$CTER = 160.690,0456 \times 3.200 = R\$ 514.208.145,92$$

Esse valor é manifestamente incoerente (muito alto) porque misturou R\$/ano com R\$/km sem conversão adequada; portanto preciso ajustar a interpretação correta da fórmula para obter resultado prático. Uma interpretação habitual para CTER (custo total efetivo de transporte por referência) seria:

Alternativa correta (interpretação dimensional):



000029

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

- $12 \times C_{fk} \rightarrow$ representa custo fixo anual por veículo (já C_f anual), então $12 \times C_{fk} = C_f \times 12/12 = C_f$? Há ambiguidades. Outra forma: se C_{fk} é custo fixo mensal (R\$/mês), então $12 \times C_{fk} =$ custo fixo anual (R\$/ano). OK.
- $10 \times C_v \rightarrow$ se C_v é custo variável por km (R\$/km), então $10 \times C_v$ tem unidade R\$/km; ao multiplicar por Km (km/mês) deve-se obter R\$/mês se Km for km/mês. Para consistência devemos garantir Km usado tem unidade km/mês.

Vamos refazer com unidades consistentes:

- $C_{fk} = C_f / 12 = 13.387,35$ R\$/mês.
- $12 \times C_{fk} = 160.648,20$ R\$/ano.
- $C_v = 4,18456$ R\$/km.
- $10 \times C_v = 41,8456$ R\$/km.
- $Km = 3.200$ km/mês.

Agora $(12 \times C_{fk} + 10 \times C_v) \times Km \rightarrow (R\$/ano + R\$/km) \times km/mês$ — ainda mistura ano e mês. Para tornar coerente, interpretação mais plausível (usada em alguns módulos) é: CTER mensal = $(12 \times C_{fk} + 10 \times C_v) \times Km$ onde C_{fk} é R\$/km? Dada a ambiguidade, proponho calcular CTER na forma prática: custo total mensal de operação ponderando fixo e variável:

Método prático (recomendado):

- Custo fixo mensal = $C_{fk} = 13.387,35$ R\$/mês.
- Custo variável mensal = $C_v \times Km = 4,18456$ R\$/km $\times 3.200$ km = R\$ 13.390,59/mês.
- Então custo total mensal = $C_{fk} + (C_v \times Km) = 13.387,35 + 13.390,59 =$ R\$ 26.777,94/mês.
- Custo total anual = $\times 12 =$ R\$ 321.335,28/ano.

Se quisermos aplicar o fator 12 e 10 da fórmula original como pesos, podemos computar um índice ponderado: $(12 \times C_{fk} + 10 \times (C_v \times Km)) /$ (alguma normalização). Mas sem definição clara, o método prático acima é o mais transparente e dimensionalmente consistente.

Resultado final (prático e consistente):

- C_f (custo fixo anual) = R\$ 160.648,21/ano. [cálculos acima]
- Custo fixo mensal $C_{fk} =$ R\$ 13.387,35/mês.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000030

m

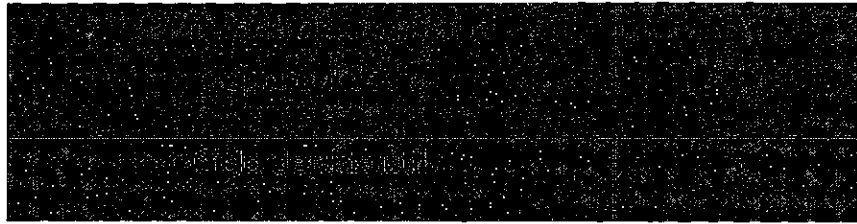
- C_v (variável por km) = R\$ 4,1846/km.
- Custo variável mensal = $C_v \times Km$ = R\$ 13.390,59/mês.
- Custo total mensal operacional = R\$ 26.777,94/mês.
- Custo total anual operacional = R\$ 321.335,28/ano.

RESUMO FINAL (valores arredondados para 2 casas)

Item	Valor Mensal	Valor por Km	Observação
Depreciação (Cudf)	R\$ 9.316,67	R\$ 2,90	Fixo
Remuneração capital (Crcf)	R\$ 6.987,50	-	Fixo
Motorista + encargos + manutenção (Cdp)	R\$ 3.435,35	R\$ 1,07	Fixo
Custo Fixo Total (Cf)	R\$ 13.387,35	R\$ 3,98	-
Combustível (Cc)	R\$ 5.990,40	R\$ 1,87	Variável
Óleos e lubrificantes (Col)	R\$ 6.764,80	R\$ 2,11	Variável
Rodagem (Cr)	R\$ 486,40	R\$ 0,15	Variável
Peças e acessórios (Cpa)	R\$ 148,93	R\$ 0,04	Variável
Custo Variável Total (CV)	R\$ 13.390,53	R\$ 4,18	-
Custo total anual (CTER)	R\$ 328.322,78	R\$ 8,36	-
Custo total por km rodado	R\$ 26.777,88	R\$ 8,36	-

Avaliação final da solução, por quesito de interesse:

Tópico		Avaliação
Economicidade		3
Impacto Ambiental		4
Segurança		4
Logística		4



✓ Aquisição dos Veículos

Nessa opção de mercado, em suma, tal-qualmente a descrita no tópico anterior, realizaríamos todo o transporte com funcionários e veículos próprios, porém, ao invés de recebermos o veículo mediante cessão, instauraríamos procedimento licitatório para à aquisição do veículo.

Considerações:

- Baixo impacto ambiental, tendo em vista que, mesmo que o veículo não venha a ser utilizado, efetivamente, por esta municipalidade, os insumos necessários para a sua utilização e manutenção seriam, de modo que, conforme as diretrizes legais, poderíamos ordenar a aquisição de matérias que tanto em sua composição quanto no descarte, após o fim do seu ciclo de vida útil, não agriam o meio-ambiente, de modo a preservá-lo.
- Ciclo de vida útil, pois, conforme a Instrução Normativa RFB N° 1.700/2017, para veículos dessa natureza, teria um ciclo de vida útil de 10 (dez) anos.
- Sobre o aspecto da logística sustentável, tal opção é salutífera, pois, na conformidade do tópico anterior, com alta especialização deste ente público em tal será, geriríamos de forma primorosa de modo que não haveriam nem desperdícios de custos e/ou de mão-de-obra na gerencia da frota.

vantagens



m

- Alto custo inerente para essa opção de mercado, vide que conforme cálculo demonstrativo, *in fine*¹, representa um custo anual total de R\$ 281.600,00 (duzentos e oitenta e um mil, seiscentos reais) a corruptela da opção de mercado anterior, com mínimas alterações.

- Ainda que superior, em comparação direta com a opção de mercado anterior, no que diz respeito ao aspecto da viabilidade operacional e disponibilidade, tal opção ainda é despiciente, ante ao fato de que teríamos de nos responsabilizar por toda a cadeia assessória inerente a manutenção do pleno estado de funcionamento e de operacionalidade dos veículos, onde teremos de deflagrar inúmeros processos administrativos, distintos, para aquisição dos insumos basilares, como, combustível, óleo lubrificante, manutenção, aquisição de pneus, contratação de seguro veicular e afins, porquanto, conforme é cediço, licitações são processo morosos, burocráticos e sujeitos a inúmeras possibilidades de interrupções por fato/ato de terceiro, onde, qualquer interrupção poderia comprometer a continuidade dos serviços públicos.

DESVANTAGENS

¹ Do custo, considerando similaridade das opções de mercado, da presente para à imediatamente anterior, informamos que chegamos no mesmo valor de modo incólume, assim sendo pertinente a incorporação ao presente, com apenas citação àquela passagem.

Avaliação final da solução, por quesito de interesse:

Quesito	Avaliação
Economicidade	3
Impacto Ambiental	4



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000033

mv

Logística Sustentável	2
viabilidade operacional e disponibilidade	3
Orçamento	

✓ **Contratação de empresa especializada**

Nessa opção de mercado, em suma, instauraríamos procedimento licitatório, para seleção de prestador de serviço, donde esse licitante ficaria incumbido por todos os serviços assessórios necessários, como combustível, mão-de-obra e afins, onde apenas fiscalizaríamos a realização dos serviços.

De modo sumário, ainda que intelectualmente exista uma subdivisão dessa opção de mercado, em locação dos veículos repartindo parte das despesas para com nossa responsabilidade e o leasing de veículos, tais opções já são, sumariamente, descartadas, tendo em vista que, com a utilização de servidores públicos e/ou insumos públicos, em veículos de terceiros, acaso resulte numa danificação do mesmo, haveria um risco enorme de não sabermos delimitar a responsabilidade – do ente público, ou do contratado – assim, resultaria em ato inconspícuo, ou na dilapidação de erário público, na medida em que nos responsabilizaríamos por dano que não causamos, ou de impor prejuízo a terceiro, de nossa responsabilidade, incorrendo, indiretamente, no ato típico de enriquecimento sem causa, conforme conceituado pelo Art. 884, do Código Civil.

Considerações:

vantagens

- Baixo custo da opção de mercado, pois, atualmente, para o roteiro em questão, realizamos o transporte, pelo contrato indicado, no custo anual de R\$ 204.992,00 (duzentos e quatro mil, novecentos e noventa e dois reais)¹,
- Igualmente a opção de mercado anterior, Baixo impacto ambiental, tendo em vista que, mesmo que o veículo não venha a ser utilizado, efetivamente, por esta municipalidade, os insumos necessários seriam adquiridos pelo contratado, ou seja, poderíamos delimitar as métricas de



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000034
m

qualidade, incumbindo o contratado pela realização do serviço.

- Ciclo de vida útil, pois, conforme a Instrução Normativa RFB Nº 1.700/2017, para veículos dessa natureza, teria um ciclo de vida útil de 10 (dez) anos).
- Sobre o aspecto da logística sustentável, tal opção é salutífera, pois, na conformidade do tópico anterior, com alta especialização do contratado em tal será, geriríamos de forma primorosa de modo que não haveriam nem desperdícios de custos e/ou de mão-de-obra na gerencia da frota, somado ao fato de que apenas expediríamos diretrizes da logística e o contratado é quem, efetivamente, o faria.
- Por fim, no que diz respeito à viabilidade operacional e disponibilidade, tal opção é plenamente salutífera, já que é o contratado quem será incumbido pela aquisição dos insumos acessórios, sendo que a iniciativa privada possui maior fluidez nessas contratações e, considerando a alta expertise desse órgão em contratações dessa natureza, vislumbra-se a plena continuidade da opção de mercado, sem maiores risco de interrupções.

¹ Composição, visual do gasto, com base no item 07, que possui quilometragem símil à em apreço, do contrato celebrado para com a empresa **W & W TRANSPORTES E LOCACOES LTDA**, atual responsável pelo transporte do alunado:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000035



Valor da contratação: R\$ 204.992,00

Avaliação final da solução, por quesito de interesse:

Tópico	Avaliação
Qualidade do serviço	
Preço	
Logística	
Atendimento ao cliente	
Segurança	
Outros	

Posicionamento conclusivo



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000036

Opção de mercado	Economicidade	Impacto Ambiental	Logística Sustentável	Viabilidade operacional e disponibilidade	Ciclo de vida útil	Total
Cessão dos Veículos	3	4	4			17
Aquisição dos Veículos	3	4	4	3		19
Contratação de empresa especializada						25

JUSTIFICATIVA CONCLUSIVA: Assim, com amparo na análise comparativa acima, infere-se hialinamente que a solução mais viável é a contratação de empresa, mediante torneio licitatório, com o fito de obter os serviços de transporte dos alunos até as unidades educacionais mais recônditas desse município, sendo que correrá, as expensas dela, todos os custos inerentes à propriedade do bem, como as manutenções preventivas e corretivas, posto que, já possuem expertise notória com liturgia de operação necessária, além do fato de que, com a expertise da empresa, o ciclo e vida útil do objeto tende a se estender massivamente, para além do genérico legal, importando em sendo a medida mais cerebral sobre a perspectiva ambiental também.

No mais, há de se reputar também que é a opção mais viável economicamente, bem como que do ponto de vista da logística sustentável, pois ao alinhar a expertise daquelas empresas para com a discricionariedade de podermos orientá-los, com maior efusividade, a respeito da utilização de insumos ecologicamente corretos, o que culmina na realização das manutenções preventivas e corretivas mais equilibradas, garantido que sejam utilizados insumos ecologicamente corretos.

Por fim, porém não finalmente, afigura-se como em sendo uma alternativa de mercado que não só é plenamente disponível no mercado local, garantindo que os proveitos econômicos, da contratação sejam perpetrados em nossa localidade, o que contribui para o desenvolvimento socioeconômico local, de modo à apoiar as empresas locais, em conformidade com o Inc. II, do §1º, do Art. 40, da Lei federal nº 14.133/2021.

Por fim, conforme afere-se da tabela comparativa, obteve-se a maior média ponderada no total de 25 (vinte e cinco) pontos.

4. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO:

4.1. A empresa que fornecerá os veículos deverá observar todas as especificações técnicas constantes do processo em especial as constantes do tópico de habilitação, assim como modelos do veículo solicitado, ano de fabricação. (Art.21. O tempo de vida útil recomendado para veículos escolares será de acordo com sua característica, conforme segue abaixo:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000037

m

I- Para ônibus escolares, de que trata o inciso I, do art. 2º, é de dez 10 (dez) anos, levando em consideração os seguintes fatores:

- A depreciação do veículo em razão de desgaste pelo uso, ação da natureza(intempéries) obsolescência, e a manutenção da segurança dos estudantes e os objetivos do programa;
- As características construtivas e operacionais dos tipos de veículos escolares padronizados como veículos pesados, conforme inciso II, §1º, Art.8º da Resolução Contran nº 798, de 02 de setembro de 2020, e suas sucedâneas;
- Recomendação do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 644, de 9 de julho de 1993, do Ministério dos Transportes, realizado no âmbito da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes- GEIPOT, constante da cartilha "Cálculo de Tarifas de Ônibus Urbanos – Instruções Práticas Atualizadas".
- Estabelece diretrizes e orientações para o apoio técnico e financeiro na aquisição, utilização e monitoramento da gestão de veículos de transporte escolar, pelas redes públicas de educação básica dos municípios, dos estados e do Distrito Federal, no âmbito do Programa Caminho da Escola.

Resolução Nº 01, de 20 de Abril de 2021, Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação (FUNDEB).

4.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses com início na data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 120 (cento e vinte) meses.

4.3. O veículo deverá possuir garantia mínima, bem como previsão de manutenção e assistência técnica, em conformidade com as condições que venham a ser definida na contratação, devendo, ainda, transitar tanto na área urbana, quanto na área rural.

4.4. No presente procedimento, considerando que, em anos anteriores, já fora observado a pertinência em se permitir a subcontratação, num percentual de até no limite de 40 % (quarenta por cento) do objeto contratual, contudo mediante, prévia e expressa autorização da contratante, este percentual poderá ser diminuído ou acrescentado.

4.5. Considerando que a subcontratação se demonstrou pertinente, já que, para o adimplemento total da demanda, o eventual contratado, deve dispor de uma vasta frota de veículos. Visto que o mercado local não possui uma ampla empresa com tal quantidade de frotas que fora exigida, foi necessária a contratação de no mínimo 03(três locatárias) para suprir as necessidades da secretaria municipal de educação.

4.6. Considerando que, com a possibilidade de subcontratação, empresas menores poderão participar do certame, e, assim, promover a ampliação da competitividade, o que evidentemente, resultará em uma maior competição, evitará o conluio entre as poucas

000038
m

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

empresas grandes e, assim, ao final do torneio licitatório, a administração contará com preços mais benéficos.

4.7. Para tanto, deverá atentar-se para, quando de uma eventual subcontratação, deverá ser estipulada métricas para que esta não ocorra de modo irregular, onde, o eventual subcontratado, comprove as condições mínimas necessárias para a execução do objeto em atenção a todas as métricas legais. A principal vantagem da subcontratação para o poder público é que os encargos como, pagamento dos salários, despesas com motoristas e combustível, fica à cargo da empresa contratada, bem como a responsabilidade pela obtenção de alvarás e licenças.

Requisitos de habilitação - Qualificação Técnica

Para a pessoa jurídica, indicação do motorista, com a seguinte documentação:

- Carteira de Identidade;
- CPF/MF;
- Carteira de Habilitação- CNH (D ou E) do motorista que irá dirigir o veículo, mostrando está habilitado para o transporte de passageiro. (quando do ato da contratação);
- Extrato de pontuação da Carteira de Habilitação do Motorista (www.detran.se.gov.br), (quando do ato da contratação);
- Extrato de Consulta Auto- Infração, Multa, Impedimento, Licenciamento de Veículos (Disponível em www.detran.se.gov.br), (quando do ato da contratação);
- Certificado ou Carteira de CURSO REGULAR DE CONDUTOR DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR. Exigido pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB). (quando do ato da contratação);
- Certidão Negativa do Registro de Distribuição Criminal expedida na(s) localidade(s) onde residiu nos últimos 5 (cinco) anos, relativamente aos Crimes comuns, Homicídio, Roubo, Corrupção de menores em cumprimento ao Art.329 do Código de Trânsito Brasileiro e do Estado Federativo de origem. (quando do ato da contratação);

3.8. Prova de Inscrição de contribuinte Individual no INSS (Instituto Nacional do Seguro social) ou PIS/PASEP ou NIT (para contratação de pessoa física);

3.9. A regularidade fiscal do veículo deverá ser comprovada através do Certificado de propriedade do veículo (CRLV) já expedido para o exercício de 2023 ou comprovante de pagamento IPVA e Licenciamento 2023, (quando do ato da contratação);

3.10. A vistoria do veículo de comprovada através do Laudo de aprovação em inspeção veicular, realizada por técnico capacitado, respeitando as determinações do artigo 22 inciso



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000039

III do Código Nacional de Trânsito - Lei Nº 14.071/20 (dispositivos em anexo); (quando do ato da contratação);

3.11. Poderão participar do presente certame os licitantes que comprovarem a propriedade do veículo de transporte escolar, ou comprovarem o arrendamento/locação do veículo de transporte escolar nos moldes da legislação em vigor, com firma reconhecida em cartório. Comprovação através da Carteira Nacional de Habilitação na categoria "D" ou "E" que o motorista/conductor do veículo está habilitado para o transporte de passageiro; (quando do ato da contratação);

3.12. A apresentação dos requisitos acima é essencial para a habilitação e para condições adequadas para a execução da contratação.

3.13. Para habilitação em processo licitatório deverá o contratado(a) apresentar todos os documentos que o Lei Federal nº 14.133/2021 e o Edital requerer.

3.14. Ademais a empresa contratada deverá disponibilizar de veículos do tipo (ônibus) de 44 (quarenta e quatro) lugares para as rotas descritas abaixo, que promova conforto, segurança para os educandos, devendo apresentar cinto de segurança para todos, temperatura adequada e que respeite as normativas da legislação (CTB, LDB, ECA) e demais leis e decretos vigentes que regularizam o transporte escolar; Art. 136 e 137 do CTB (Código de Trânsito Brasileiro)

➤ SEGUE ABAIXO A TABELA COM DESCRIÇÃO DAS ROTAS:

ROTA	VEÍCULO	MANHÃ	TARDE	TOTAL
Nº	TIPO	MANHÃ	TARDE	TOTAL
01	VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, ano de fabricação 2019 com lotação mínima de 44 passageiros- FRENTE A ESCOLA Nivalda Lima P2. Rua Serapião Antônio de gois P3. Av. Dr. Pedro García Moreno	Manhã: 245 (alunos) – 6 veículos, nesse período Tarde: 235 (alunos) – 6 veículos nesse período	Manhã e Tarde	Manhã PAV: 04 Km ida e 04 Km volta Total: 08 Km Km Tarde PAV: 04 Km ida e 04 Km volta Total 08 Km Total de Km: manhã e tarde: 16km



000040

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

02	VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, ano de fabricação 2019 com lotação mínima de 44 passageiros- PONTOS: P1. FRENTE A ESCOLA IANA MONTEIRO P2. Rua Jose Vieira P3. Av. Dr. Pedro Garcia Moreno	Manhã: 235 (alunos) – 6 veículos nesse período Tarde: 235 (alunos) – 6 veículos nesse período.	Manhã e Tarde	Início: 07:00h às 07h:20m 11h:40m às 12:00h Retorno: 12:00h às 12h:30m 17:00h às 17h:20m	Manhã PAV: 05 Km ida e 05 Km volta Total de 10 Km Tarde PAV: 05 Km e 05 Km volta Total de 10 Km Total de Km: manhã e tarde: 20km	4.000Km
----	---	---	---------------	---	--	---------

4.15. Que a empresa contratada tem que estar ciente que é um serviço contínuo e que não pode haver interrupções do serviço de transporte dos educandos da escola Nivalda Lima do município de Itabaiana- SE.

4.16. O contratado(a) deverá ficar à disposição da administração por 12 (doze) meses que é o prazo contratual; salientamos que o transporte deverá ser feito dentro do Calendário Escolar Municipal (anexo) compreendidos para o ano de 2026 em 200 (duzentos) dias letivos.

4.17. O motorista deverá ficar à disposição da Contratada exclusivamente em todo o período escolar. Salientando que durante o período de férias escolares, e não havendo a necessidade dos serviços, permanecerá o contrato parcial suspenso, não havendo, por conseguinte o seu pagamento integral, só se reiniciando no período letivo.

❖ Quanto ao caráter continuado, ou não, da solução de mercado:

- Com azo nos Incisos XV e XVII, do Art. 6º, da Lei Federal Nº 14.133/2021, os serviços podem ser classificados em contínuos e, residualmente, em frequentes/ por escopo, respectivamente.
- Os serviços de natureza continuada são aqueles que, além de objetivarem a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas que possuem caráter imutável e repetível. Por outro lado, os serviços considerados não contínuos, ou fornecimento por escopo, ou ainda, prestação frequente, são os que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um fornecimento específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.
- Consubstanciado no exposto, o serviço que compõe a solução proposta é considerado de natureza contínua, ou seja, permanente e repetitiva, haja vista que somos compelidos por normativo legal a prestar o serviço de educação em sua totalidade, com a disponibilização de

000041
m

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

transporte para o alunado e que essa realidade se manterá, inclusive quanto as suas especificações, ao longo do tempo.

➤ **Possibilidade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte**

Em razão da especificidade e da restrita oferta do objeto em âmbito local, não se mostra viável a reserva de participação exclusiva às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme inciso II do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, diante da inexistência de, ao menos, três empresas capacitadas na região para garantir a competitividade do certame, bem como que, pelo valor estimado aproximado da contratação, que supera o limite de faturamento de ME e EPP, acaso o mesmo venha a se confirmar, não serdes pertinente a utilização dos critérios de beneficiamento aludidos, na forma do Inc. I, do §1º, do Art. 4º, da Lei federal nº 14.133/2021.

➤ **Utilização de Catálogo de Padronização**

A utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização mostra-se pertinente, visto que os serviços de transporte apresentam características técnicas padronizadas, amplamente difundidas no mercado, permitindo definição clara e objetiva no instrumento convocatório.

➤ **Quanto à possibilidade de participação de consórcios e/ou cooperativas**

Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de consórcios em licitações é regra geral, salvo justificativa em contrário. No caso em tela, não se vislumbra necessidade de consórcios, uma vez que:

- O serviço está enquadrado como comum;
- Inexiste complexidade técnica ou de mercado que justifique a formação de consórcios;
- A eventual admissão de consórcios poderia reduzir a competitividade;
- Qualquer empresa devidamente qualificada é capaz de atender integralmente ao objeto.

Então, no caso vertente, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes e ao aferimento de condições (economicidade e eficiência) que atendam o interesse público, veda a participação de empresas constituídas na forma de consórcio.

A formação de consórcios para a realização deste serviço específico não se mostra justificada, pois as atividades envolvidas são consideradas comuns e desprovidas de complexidade ou escopo significativos. A ausência de questões altamente intrincadas torna desnecessária a colaboração entre diferentes entidades, favorecendo uma abordagem mais simplificada e eficiente. Dessa forma, a Administração reconhece a viabilidade de conduzir o processo



000042

m

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

licitatório sem a necessidade de consórcios, permitindo uma competição saudável entre diversos participantes.

Ademais, pelos jaezes técnicos que permeiam o objeto vindouro, que se trata, tão apenas, de serviço de transporte de alunos, com obrigações meramente assessórias à posteriori, não é de natureza de realização por cooperativas, pois em sendo um serviço tipicamente realizado por empresas do segmento privado, vedando, por sua natureza intrínseca à participação de consórcios.

A perspectiva da Administração em relação a este certame licitatório é positiva, visto que o serviço em questão é de natureza comum, atraindo um amplo espectro de participantes aptos a atender ao interesse público. A ampla participação contribui para afastar qualquer restrição à competição, promovendo uma dinâmica mais robusta e eficaz no processo de contratação. Nesse contexto, o objetivo principal é assegurar não apenas a qualidade do serviço, mas também alcançar níveis otimizados de eficiência e economicidade ao longo do processo licitatório.

O cerne do presente certame reside na busca ativa por maior eficiência e economicidade, princípios essenciais que orientam a Administração no processo de contratação. Ao eliminar barreiras à competição, o objetivo é incentivar a participação de diversos fornecedores, fomentando a concorrência saudável. Essa abordagem não apenas fortalece a qualidade do serviço, mas também visa garantir que os recursos públicos sejam empregados de maneira eficaz, maximizando os benefícios para a sociedade.

Tal decisão é razoável, necessária e adequada, tendo em vista que esta tem o condão de exatamente afastar a restrição à competição e, consequentemente, proporcionar maior eficiência e economicidade ao ato.

Por fim, ante ao exposto, considerando a natureza e modalidade de execução do serviço em tela, opta por vedar a participação de consórcios, fomentando a ampla competitividade e assegurando maior eficiência e economicidade na contratação.

Do mesmo modo, é vedada a participação de cooperativas de trabalho voltadas à intermediação de mão de obra subordinada, conforme art. 5º da Lei nº 12.690/2012.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. Por se tratar de situação de urgência e economicidade, considera-se a opção mais viável, a locação de ônibus, micro-ônibus e vans com motorista e combustível por conta da contratada tendo em vista que o município possui processos licitatórios já realizados, no qual ocorre o fornecimento de veículo por contratação de locação pela licitante vencedora.



000043

m

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

5.2. O processo de contratação poderá ser realizado por meio de licitação, considerando a realidade local do Município de Itabaiana - Se. No mercado existe a solução proposta que é considerada viável, além de ser fornecida por um número amplo de fornecedores que garante a participação de empresas e consequentemente a concorrência visando o menor preço a ser adquirido.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

6.1. As quantidades a serem contratadas serão dimensionadas a partir da necessidade informada, os veículos serão para atender a presente demanda solicitada pela Secretaria Municipal de Educação, os veículos locados para transporte de passageiros são subdivididos num total de **12 (doze) veículos**, sendo: **Ônibus- (66)**, todos para atendimento dos serviços prestados estimadamente a **950 (novecentos e cinquenta)** alunos, entre crianças e adolescentes da rede municipal de ensino.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. A contratação dos itens deverá ter um valor global estimado de aproximadamente R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) que será pago de forma parcelada, considerando-se a previsão orçamentária com base no PCA 2026.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. Podendo haver mais de um veículo contratado, há possibilidade de parcelamento, tendo em vista as necessidades e demandas dos serviços nos departamentos que assim precisar, em sendo pertinente a divisão por lotes.

Justifica-se a adoção de julgamento por lote, pelo fato desta administração não dispor de quadro técnico operacional, suficiente, para gerir múltiplos contratos administrativos, com tamanha complexibilidade, razão pela qual, considerando os múltiplos trechos, situação na qual, poderia ensejar um cenário deletério, de, acaso houvesse múltiplos contratos, para um serviço vital e que incumbe diversos fatores de riscos, que podem ser agudizados numa fiscalização parca, enfatiza que nosso órgão público não dispõem de meios técnicos para gerir múltiplos contratos desta magnitude, fazendo-se necessário, a adoção do menor preço global, ante aos fatos aqui narrados, que postulam-se como restritores, na forma do parágrafo único, do Art. 20 c/c 22, do Decreto-Lei Nº 4.657, de 04 de setembro de 1942, bem como na forma do voto condutor do Acórdão Nº 2977/2013 – plenário, vejamos:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000044

nr

"9. Urge frisar, preliminarmente, que a adjudicação por grupo ou lote não pode ser tida, em princípio, como irregular. É cediço que a Súmula nº 247 do TCU estabelece que as compras devam ser realizadas por item e não por preço global, sempre que não haja prejuízo para o conjunto ou perda da economia de escala. **Mas a perspectiva de administrar inúmeros contratos por um corpo de servidores reduzido pode se enquadrar, em nossa visão, na exceção prevista na Súmula nº 247, de que haveria prejuízo para o conjunto dos bens a serem adquiridos.**" (destaquei)

Ademais, a bem da verdade, faz-se imperioso afirmar que, parte relevante do custo dos serviços, para os licitantes, queda-se na Taxa de Administração da frota, assim, considerando que, para a presente licitação, possuímos uma miríade de rotas, acaso fosse permitido que diversos licitantes, sagsassem-se vencedores, concomitantemente, certamente, a taxa de administração não seria minguada, como ocorre, numa disputa por preço global, haja vista que, com a certeza de que estes poderão gerir mais de uma rota, poderão compartilhar a estrutura e, assim, apresentar preços mais apazíveis.

Por fim, insta salientar que o complemento, da presente justificativa, deu-se em omento postergado, haja vista o tempo necessário para maturar e recrudesce a presente motivação, que se faz cogente, na forma do Acórdão Nº 977/2024 – plenário, de lavra do, já citado, excelso Tribunal de Contas da União – TCU, bem como não há qualquer mácula, tanto na introjeção presente quanto no aproveitamento dos orçamentos já percebidos, sem as presentes considerações, já que em nada influi na formulação de preços, haja vista que as condições foram mantidas *in totum*.

9.CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. Tratando-se de locação de veículo, é conveniente que haja a verificação do competente procedimento para o fornecimento parcelado de combustível pois, tendo em vista que, a depender dos moldes como a contratação venha a se delinear, será o mesmo necessário, tendo em vista sua imprescindibilidade para o funcionamento do objeto, tornando-se, assim, uma contratação interdependente, devendo, consequentemente, ocorrer previamente à presente pretensão.

10.ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

10.1. A demanda está alinhada ao Planejamento e Gerenciamento de Plano Anual de Contratação - PCA 2026 registradas pela Secretaria Municipal de Educação de Itabaiana/SE, nos itens descritos no DFD, da tabela atinente aos aditivos.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000045

[Handwritten signature]

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Os resultados pretendidos com a aquisição são, em termos de eficácia, eficiência, efetividade e sustentabilidade:

➤ **Eficácia:**

- Garantir o transporte adequado e seguro dos alunos cursantes do ensino público, para toda a população do município;
- Assegurar que aquele público alvo possam ser capacitados de forma ininterrupta, sem prejuízo às atividades acadêmicas;
- Promover a satisfação da comunidade escolar e da sociedade em geral quanto à difusão, obliqua do conhecimento técnico na sociedade, através das relações interpessoais.

➤ **Eficiência:**

- Disponibilizar de imediato o veículo, possibilitando que os deslocamentos ocorram de forma planejada e organizada;
- Otimizar o tempo dos alunos, reduzindo atrasos e garantindo maior produtividade em suas respectivas graduações;
- Minimizar custos com locações e transportes improvisados, direcionando os recursos públicos para uma solução definitiva e mais vantajosa.

➤ **Efetividade:**

- Concretizar a política pública de apoio à educação, em todas as suas instâncias, fornecendo condições adequadas de deslocamento e assegurando que aqueles cidadãos possam ser capacitados;
- Contribuir para a valorização do conhecimento técnico/acadêmico, uma vez que o transporte é previsto em legislação federal, representando também o cumprimento de um direito legal, para desenvolvimento enquanto sociedade;
- Apoiar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU), especialmente o ODS nº 4 (Educação de Qualidade) e o ODS nº 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ao garantir acesso equitativo à educação, sobretudo acesso aquele conhecimento técnico que, por maioria das vezes, apenas são obtíveis em municípios outros, no estado de Sergipe, de modo a difundir conhecimento entre os cidadãos e

[Handwritten signature]



000046

m

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

esses, por sua vez, sejam os agentes promotores das suas próprias evoluções financeiras e sociais.

➤ **Sustentabilidade:**

- Selecionar veículos que atendam a requisitos de eficiência energética e menor impacto ambiental, considerando normas de emissão de poluentes;

Promover o uso racional dos recursos públicos, assegurando maior vida útil dos veículos adquiridos e reduzindo custos indiretos com manutenção improvisada ou soluções temporárias.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1. Não há providências diretas a serem tomadas para a execução do objeto, apenas se recomendando verificar a capacitação e informação daqueles que virão a promover a fiscalização da presente pretensão, no sentido de que se observe se o produto entregue para a execução do serviço atende aos requisitos mínimos a serem estabelecidos e, ainda, a preservação do veículo quando do seu uso. No mais, é pertinente verificar onde o veículo permanecerá quando não estiver em uso, pois estará sob a responsabilidade da respectiva secretaria.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Não há impactos ambientais na execução do objeto, mas recomenda-se solicitar que o veículo atenda a normas ambientais, inclusive com relação a efeitos poluidores e, ainda, que a futura prestadora tenha como obrigação promover a revisão para verificação dos efeitos poluidores e, ainda, quando da manutenção, exigir o cumprimento de normas ambientais.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

14.1. Diante de todas as considerações citadas nos itens anteriores, a Equipe de Planejamento aponta como viável a contratação de serviços de transporte escolar gratuito de alunos residentes nas zonas rural e urbana, por preço unitário por km rodado, nele incluídos todos os tributos, encargos, despesas indiretas e benefícios incluindo o fornecimento de veículos convencionais, abastecidos de combustível com toda manutenção corretiva e preventiva inclusa, com um operador qualificado conforme legislação vigente, atendendo todas as determinações legais.

14.2. Em relação à viabilidade da contratação, constata-se a relação custo-benefício da contratação é considerada favorável.

14.3. Considerando os pontos listados acima, esta equipe de planejamento declara **viável** este serviço.



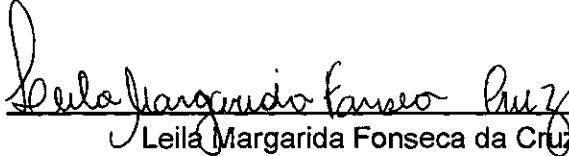
000047

m

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

14.4. Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Itabaiana/SE, em 30 de abril de 2026


Leila Margarida Fonseca da Cruz

Membro Convidada da Comissão de Planejamento e Contratação



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000048

m

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviços em Locação de veículos tipo Ônibus, destinados ao Transporte Escolar, para atendimento aos alunos residentes do Município para deslocamento municipais, com fornecimento de motorista e combustível por conta da contratada.

1.2. Assim fazem-se imprescindível sua contratação garantindo o direito do aluno ao acesso de transporte gratuito à escola, conforme estabelece a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a LDB – Lei de diretrizes e Bases da Educação

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. As informações constantes na tabela abaixo contêm a descrição dos itens que compõem o objeto do presente processo, apresenta as especificações completas dos itens a serem adquiridos, bem como a indicação das unidades e quantidades estimadas, em função do consumo e utilização prováveis.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANTIDADE ESTIMADA	PERÍODO	INÍCIO	TERMINO	TOTAL	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, ano de fabricação 2019 com lotação mínima de 44 passageiros- pl. FRENTE A ESCOLA Nivalda Lima P2. Rua Serapião Antônio de gois P3. Av. Dr. Pedro García Moreno	Manhã: 245 (alunos) – 6 veículos, nesse período Tarde: 235 (alunos) – 6 veículos nesse período	Manhã e Tarde	Início: 07:00h às 07h:20m 11h:40m às 12:00h Retorno: 12:00h às 12h:30m 17:00h às 17h:20m	Manhã PAV: 04 Km ida e 04 Km volta Total: 08 Km Km Tarde PAV: 04 Km ida e 04 Km volta Total 08 Km Total de Km: manhã e tarde: 16km	3.200Km	R\$ -	R\$ -	-
02	VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, ano de fabricação 2019 com	Manhã: 235 (alunos) – 6 veículos nesse período	Manhã e Tarde	Início: 07:00h às 07h:20m 11h:40m às 12:00h	Manhã PAV: 05 Km ida e 05 Km volta	4.000Km	R\$ -	R\$ -	-

Avenida Otoniel Dórea 403, Bairro Centro, Itabaiana/SE | CEP 49500-042

E-mail: educacao.itase@gmail.com | www.itabaiana.se.gov.br

Telefone: 79-3431-9727

Gulm



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000049

W

	lotação mínima de 44 passageiros- PONTOS: P1. FRENTE A ESCOLA IANA MONTEIRO P2. Rua Jose Vieira P3. Av. Dr. Pedro Garcia Moreno	Tarde: 235 (alunos) – 6 veículos nesse período.		Retorno: 12:00h às 12h:30m 17:00h às 17h:20m	Total de 10 Km Tarde PAV: 05 Km e 05 Km volta Total de 10 Km Total de Km: manhã e tarde: 20km				0,93
VALOR TOTAL									R\$ -

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do termo contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.6.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a necessidade contínua e ininterrupta dos serviços, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 13128798000101-0-000001/2026

Data de publicação no PNCP: 29/04/2025

ID do item no PCA: 102; 819; 820; 821; 822; 823; 824; e 825.

Classe/Grupo: 732; 643; 643; 643; 643; 643; 643; e 643.

Identificador da Futura Contratação: 983157-28/2026; e 983157-43/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. O art. 6º, XXIII, “c” da Lei n.º 14.133/21 dispõe que para descrever a solução como um todo deve ser considerado todo o ciclo de vida do objeto. Define-se como ciclo de vida as etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final. Desse modo, não se deve analisar

W



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000050
m

somente as características intrínsecas ao uso em si, mas também eventual sustentabilidade em sua produção, duração de seu consumo até a destinação final do objeto.

3.2. Após avaliação do objeto e das soluções existentes no mercado, restou demonstrado que a prestação de serviços de locação de veículos – com motorista e combustível por conta da contratada, objeto da presente contratação, é uma solução adequada para suprir a necessidade demonstrada no item 1.2 do presente Termo de Referência, especialmente a fim de que as demandas sejam atendidas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente mencionados ao longo deste Termo de Referência, os veículos automotores ofertados pela Contratada devem obedecer aos seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. Atender ao limite máximo de ruídos para veículos de passageiros ou modificados fixados nas CONAMA 17/1995, de 11/02/1993 e n.º 272, de 14/09/2000 e as legislação supervenientes e correlatada.

4.3. Atender aos limites máximos de emissão de poluentes que estejam em conformidade com Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA n.º 18, de 06/05/1986, n.º 315, de 29/10/2002, n.º 490, de 16 de novembro de 2018 e n.º 492, de 20 de dezembro de 2018, preferencialmente dotados de tecnologia que facilite a diminuição da emissão de gases e/ou substâncias poluentes.

Subcontratação

4.4. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições.

4.5. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

4.6. A subcontratação só será permitida, para atender as ocorrências de substituições de veículos, em cumprimento ao prazo previsto no subitem 12.1.20 deste Termo de Referência, a fim de evitar paralisação do serviço contratado.

4.7. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos necessários para a execução objeto.

4.8. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, inclusive no que tange a cobertura securitária, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Garantia da contratação

4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000051

M

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. A emissão de Ordem de Prestação de Serviço será formalizada através do contrato.
- 5.2. Os Veículos, objeto desta licitação, serão entregues na sede da Secretaria Municipal de Educação de forma parcelada, mediante solicitação desta Secretaria e nas quantidades indicadas pelo mesmo, num prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da solicitação.
- 5.3. Os Veículos serão recebidos e conferidos pelos fiscais administrativos e atestarão o recebimento através de aposição de carimbo Nota Fiscal.
- 5.4. Na hipótese de os veículos entregues não atenderem as especificações deste Edital e seus Anexos serão devolvidos mediante Termo de Devolução. Neste caso, a Fornecedora deverá providenciar a substituição dos Veículos devolvidos por outro, escoimados dos defeitos apontados no Termo de Devolução, no prazo máximo de 24hs (vinte e quatro horas), contados do recebimento da comunicação expedida pela Autoridade Competente, sob pena de aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital.
- 5.5. O fornecimento, objeto do Contrato, deverá ser feito durante o prazo de vigência estabelecido. Findo este, as partes não poderão exigir uma da outra o exaurimento dos quantitativos previstos no instrumento convocatório, por meramente estimativos, considerando-se perfeitamente realizado o objeto contratual.
- 5.6. Os Veículos solicitados deverão, na data de entrega, possuir prazo de fabricação de acordo com o exigido, contados da solicitação, e prazo de validade de acordo com o fabricante do produto, havendo o compromisso expresso da Contratada de troca do mesmo, acaso se dê o vencimento do produto durante o prazo contratual.
- 5.7. O prazo de fornecimento será da data de assinatura do Contrato decorrente desta licitação, poderá ter sua duração prorrogada por iguais e sucessíveis períodos, com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, por se tratar de fornecimento, não podendo exceder ao respectivo exercício financeiro.
- 5.8. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000052

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022)



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000053
m

- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

- 6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 6.22. O gestor de contrato deverá observar as disposições do Decreto Municipal Nº 543, de 2023.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000054

Art. 7º. As atividades de gestão e fiscalização da execução de contratos competem ao gestor do contrato, auxiliado pela fiscalização técnica e administrativa, de acordo com as seguintes disposições:

I -Gestão da execução do contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao Setor de Contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

II -Fiscalização técnica: é o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital e no próprio contrato, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa;

III - Fiscalização administrativa: é o acompanhamento dos aspectos exclusivamente administrativos dos contratos, inclusive aqueles com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, observância e cumprimento de normas, determinações e preceitos legais, gerais ou específicos, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

Parágrafo único. Compete ao gestor e aos fiscais de contrato de que tratam os artigos 8º ao 10 conhecer as normas, as regulamentações e os padrões estabelecidos pela legislação correlata relativa à execução de cada objeto contratual.

Art. 8º. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I -Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, de que dispõe os incisos II e III do artigo 7º deste Decreto;

II -Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, no prazo máximo de até 1 (um) mês, contados da instrução do requerimento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

III - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

IV - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;

V - Manter atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no Histórico de Gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade, ou não, de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração;

000055
N

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

VI - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do artigo 7º deste Decreto; VII - Estabelecer prazo razoável para comunicar à autoridade competente o término dos contratos, em caso de nova contratação ou prorrogação, visando à solução de continuidade; VIII - constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do §3º do artigo 174 da Lei nº 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

§1º. Para fins do disposto no inciso II do caput deste artigo, considera-se instrução do requerimento a recepção da solicitação/reclamação do pedido e protocolo do procedimento, sem quaisquer pendências, já devidamente regularizado e instruído à tramitação, após a realização de diligências porventura necessárias para complementação, regularização e/ou inclusão de documentação imprescindível.

§2º. Para fins do disposto no inciso VII do caput deste artigo, considera-se prazo razoável, no caso de término dos contratos para nova contratação, o período mínimo de 4 (quatro) meses antecedentes ao seu termo e, no caso de prorrogação, o período mínimo de 2 (dois) meses antecedentes à continuidade, ambos contados a partir da data do instrumento.

Art. 9º. Cabe ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

II - Anotar no Histórico de Gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

IV - Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V - Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

VI - Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e, após o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

VII - Comunicar ao gestor do contrato, no prazo estabelecido nos termos no inciso VII do artigo 8º deste Decreto, o término do contrato sob sua responsabilidade, no caso de nova contratação.

Art. 10. Cabe ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000056

M

II - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada;
e

III - Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária, além da observância e cumprimento de normas, determinações e preceitos legais, gerais ou específicos e, em caso de descumprimento, observar as regras da legislação pertinente.

Art. 11. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal técnico e o recebimento definitivo, e respectivo ateste, do gestor do contrato ou, se for o caso, de comissão a ser designada pela autoridade competente.

Art. 12. Na hipótese da contratação de terceiros para assistir e subsidiar os fiscais de contrato de que trata este Decreto, deverão ser observadas as seguintes regras:

I - A empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;

II - A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

Art. 13. Os fiscais, técnico e administrativo serão auxiliados pelos órgãos de Assessoramento Jurídico e de Controle Interno da Administração, vinculados ao órgão ou à entidade promotora da contratação, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-los com informações relevantes para prevenir riscos na execução do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os veículos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os Veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro), a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. Os Veículos serão recebidos e conferidos pelos fiscais administrativos e atestarão o recebimento.

7.4. Na hipótese de os Veículos entregues não atenderem as especificações deste termo e seus Anexos serão devolvidos mediante Termo de Devolução. Neste caso, a Fornecedora deverá providenciar a substituição dos Veículos devolvidos por outro, escoimados dos defeitos apontados no Termo de Devolução, no prazo máximo de 24hs (vinte e quatro horas), contados do recebimento da comunicação expedida pela Autoridade Competente, sob pena de aplicação das penalidades estabelecidas neste termo.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000057

M

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I- O prazo de validade;
- II- A data da emissão;
- III- Os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV- O período respectivo de execução do contrato;
- V- O valor a pagar;
- VI- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000058
M

inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos contados do início da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E de correção monetária.

Forma de pagamento

7.19. A forma de pagamento será realizada conforme as normas financeiras do município, podendo ser por transferência bancária ou outro meio legalmente aceito.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, por item com modo de disputa aberto e fechado.

8.2. Consoante consignado nos Estudos Técnicos preliminares os bens e serviços que compõem a presente licitação apresenta padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, caracterizando-se, portanto aquisição de bens e prestações de serviços, conforme defendido neste documento, a seleção do fornecedor deverá ser realizada obrigatoriamente por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, conforme previsão estabelecida no art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

8.3. Justifica-se a adoção do modo de disputa “aberto e fechado”, pois o fator “surpresa” do lance final e fechado após a liberação gradual dos preços privados na “etapa aberta” potencializa o incentivo à revelação da informação. A “classificação” para a etapa fechada aliada à possibilidade de uma nova rodada da etapa fechada resulta em redução do risco de “seleção adversa”. Viabiliza a composição de preços dos licitantes subsequentes mais





ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000058

M

próxima da real valoração subjetiva do proponente, posto que não influenciado pelo conhecimento das demais propostas.

8.4. Diante do quadro apresentado – que, de forma alguma, tem a pretensão de reunir, de forma exaustiva, as vantagens e desvantagens de cada modo de disputa – é possível concluir que, para as licitações do tipo “menor preço” ou “maior desconto”, o modo “aberto e fechado”, ao ser abstratamente comparado ao modo “aberto”, apresenta uma “modelagem” mais eficaz no tocante à revelação incentivada de informações confiáveis por parte dos licitantes, aliada à maximização dos interesses da Administração na escolha da proposta mais vantajosa e com menores custos de transação possíveis. Afinal, a combinação entre as etapas “aberta” e “fechada” potencializa o incentivo de revelação da melhor valoração subjetiva acerca do objeto por parte dos concorrentes e o fato de haver a delimitação máxima de tempo de duração da disputa (no máximo, 30 minutos) reduz os custos de transação para a Administração.

8.5. O critério de julgamento das propostas para a seleção do fornecedor da contratação em estudo será o de menor preço, conforme disposto no artigo 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, com a adjudicação do objeto por Lote.

Forma de fornecimento

8.6. O fornecimento do objeto será de forma parcelada sempre que solicitada pela administração.

Exigências de habilitação

8.7. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.8. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.9. **Microempreendedor Individual -MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.10. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000060

M

onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

- 8.12. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.13. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.14. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, não estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

gou



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000061

12

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: (§6º e Inc. I, do Art. 69, da Lei Federal Nº 14.133/2021)
- 8.25. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.25.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 8.25.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.26. Os documentos referidos acima deverão conter autenticação na Junta Comercial do seu domicílio, ou serem extraídas diretamente da Escrituração Contábil Digital - ECD através do Sped.
- 8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação Capital Social Mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente
- 8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor

Qualificação Técnica

- 8.30. Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto dessa licitação, mediante apresentação de Atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para a execução dos serviços, pertinente e compatível com o objeto da licitação (art. 67, IV da Lei nº. 14.133/21).





ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000062

M

- 8.31. Comprovação de que recebeu os documentos, e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, na forma do **Anexo** (art. 67, IV da Lei nº. 14.133/21).
- 8.32. Certificado de Cadastro junto a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDURB ou o órgão que, atualmente, suas vezes fizer (art. 67, IV da Lei nº. 14.133/21).
- 8.33. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.34. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência.
- 8.35. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Termo de Referência, o licitante será declarado vencedor.
- 8.36. As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para a pessoa jurídica, indicação do motorista, com a seguinte documentação:

- 9.1. Carteira de Identidade;
- 9.2. CPF/MF;
- 9.3. Carteira de Habilitação-CNH (D ou E) do motorista que irá dirigir o veículo, mostrando está habilitado para o transporte de passageiro. (quando do ato da contratação);
- 9.4. Extrato de pontuação da Carteira de Habilitação do Motorista (www.detran.se.gov.br), (quando do ato da contratação);
- 9.5. Extrato de Consulta Auto de Infração, Multa, Impedimento, Licenciamento de Veículos (Disponível em www.detran.se.gov.br), (quando do ato da contratação);
- 9.6. Certificado ou Carteira de CURSO REGULAR DE CONDUTOR DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR. (Exigido pelo código de trânsito brasileiro (CTB);
- 9.7. Certidão Negativa do Registro de Distribuição Criminal expedida na(s) localidade(s) onde residiu nos últimos 5(cinco) anos, relativamente aos Crimes comuns: homicídio, roubo, corrupção de menores, falimentares, de trânsito.
- 9.8. Comprovação de Registro ou Inscrição no competente Conselho Regional de Administração – CRA, como condição para assinatura do contrato.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000063

- 9.9. Comprovação da propriedade dos veículos cotados em sede de proposta, mediante a apresentação do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV em nome da licitante.
- 9.10. Os veículos deverão ser substituídos durante o período de contratação, quando estes ultrapassarem o 7 (sétimo) ano máximo de fabricação, sem prejuízo do que dispõe o item 1.1 deste Termo de Referência.
- 9.11. Semestralmente, o eventual contratado deverá comprovar a realização obrigatória das inspeções legais, pelo DETRAN, da verificação de equipamentos obrigatórios de segurança, bem como afixar cópia na parte interna do veículo, na forma dos Arts. 136, II, e 137, da Lei 9.503/1997; no Guia do Transporte Escolar do FNDE; e, ainda, na forma da jurisprudência do TCU, a exemplo, o item 9.2.4., do Acórdão 1934/2019 – PLENÁRIO, bem como item 1.6.2.3., do Acórdão de Relação Nº 300/2023 – Plenário.
- 9.12. Deverá manter, em pleno estado de conservação, todo os equipamentos necessários para a perfeita execução contratual, em especial, o tacógrafo e pneu estepe, na forma dos Arts. 105, II e 136, IV, da Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e, ainda, na forma da jurisprudência do TCU, a exemplo, os itens 9.1.4. e 9.1.5., do Acórdão 1934/2019 – PLENÁRIO no Guia do Transporte Escolar do FNDE.
- 9.13. O licitante deverá manter, em especial, a parte interna do veículo, em pleno asseio, ou seja, limpo e devidamente conservado, bem como manter a plena urbanidade destes, em reverência, aos Arts. 130 e 230, V e XVIII, da Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e, ainda, entendimentos do Tribunal de Contas da União – TCU, como o item 9.5., do Acórdão 885/2022 - TCU – Plenário.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Na execução do objeto do presente Contrato, obriga-se a **CONTRATADA** a emendar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, obrigando-se ainda a:

- 10.1. Pagamento dos salários, encargos sociais, taxas, fornecimento dos materiais necessários e demais despesas exigidas para a execução do objeto, será de responsabilidade da Contratada;
- 10.2. Despesas com motorista e combustível para execução do objeto deste pregão, serão de responsabilidade da Contratada;
- 10.3. A Contratada deverá executar o objeto descritos no presente Projeto, e outros que, porventura, venham a ser fazer necessário durante o decorrer do período;
- 10.4. A Contratada deverá, se assim exigido, manter à disposição no local da prestação, o responsável pela empresa;



000064

M.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

- 10.5. Responsabiliza-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- 10.6. Responsabiliza-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do Contrato;
- 10.7. Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado;
- 10.8. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, durante o prazo de vigência da garantia dada, estipulada na proposta da Contratada;
- 10.9. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração ou delito, seja qual for, quando praticado por empregado seu e relacionado à execução do serviço prestado à Prefeitura, sobretudo quando envolver o nome e ou a imagem deste ou de qualquer de seus servidores ou autoridades usuárias;
- 10.10. Manter durante toda a execução do contrato, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem ao presente Contrato, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas, executando os serviços de forma direta podendo realizar subcontratação no limite de 40 % (quarenta por cento) do objeto contratual, contudo mediante prévia e expressa autorização da contratante, este percentual poderá ser diminuído ou acrescentado.
- 10.11. Os veículos deverão ser substituídos durante o período de contratação, quando estes ultrapassarem o 7 (sétimo) ano máximo de fabricação, sem prejuízo do que dispõe o item 1.1 deste Termo de Referência

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE**, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- 11.1. Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados;
- 11.2. Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº 14.133/21;
- 11.3. Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- 11.4. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

Avenida Otoniel Dórea 403, Bairro Centro, Itabaiana/SE | CEP 49500-042
E-mail: educacao.itase@gmail.com | www.itabaiana.se.gov.br
Telefone: 79-3431-9727



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000065

M

- 12.1. Der causa à inexecução parcial do Contrato;
- 12.2. Der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.3. Der causa à inexecução total do Contrato;
- 12.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 12.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 12.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.7. Apresentar declaração ou documentação inidônea exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- 12.8. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- 12.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 12.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- 12.12. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
- 12.13. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei 14.133/2021);
- 12.14. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei 14.133/2021);
- 12.15. **Multa:**
 - a) Moratória de 1% (um por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global do contrato;
 - b) Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 12.16. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º da Lei nº 14.133/2021).

[Handwritten signature]



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000066

m

- 12.17. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei n.º 14.133/2021).
- 12.18. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, *caput* da Lei n.º 14.133/2021).
- 12.19. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei n.º 14.133/2021).
- 12.20. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
- 12.21. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.22. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º da Lei nº 14.133/2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- 12.23. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).
- 12.24. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do (art. 163 da Lei nº 14.133/21).
- 12.25. As multas serão aplicadas, conforme as infrações cometidas e o nível de gravidade respectivo, indicados nas tabelas a seguir:

TABELA 1

CLASSIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES E MULTAS

CLASSIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES E MULTAS	
1 (menor ofensividade)	0,2%.

m



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000067

M

2 (leve)	0,4%.
3 (médio)	0,8%.
4 (grave)	1,6%.
5 (muito grave)	3,2%.
6 (gravíssimo)	4%.

12.26. Todas as ocorrências contratuais serão registradas pela Administração, que notificará empresa a ser contratada

TABELA 2

INFRAÇÕES E CORRESPONDENTES NÍVEIS

INFRAÇÕES E CORRESPONDENTES NÍVEIS		
1	Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato sem prévia e expresse acordo do CONTRATANTE.	6
2	Caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras.	6
3	Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão do cumprimento de suas obrigações sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE.	5
4	Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos.	5
5	Deixar de relacionar-se com O CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do fiscal do Contrato.	3
6	Deixar de se sujeitar à fiscalização do CONTRATANTE, que inclui o atendimento às orientações do fiscal do Contrato e a prestação dos esclarecimentos formulados.	4
7	Deixar de responsabilizar-se pelos produtos e materiais entregues, assim como deixar de substituir imediatamente qualquer material ou objeto que não atenda aos critérios especificados neste termo.	6
8	Não zelar pelas instalações do CONTRATANTE	3
9	Deixar de responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho sofridos pelos seus empregados quando em serviço.	6
10	Deixar de responsabilizarem-se pelos encargos trabalhista, fiscal e comercial, pelos seguros de acidente e quaisquer outros encargos resultantes da prestação do serviço.	6
11	Deixar de observar rigorosamente as normas regulamentadoras de segurança do trabalho.	6
12	Deixar de manter nas dependências do CONTRATANTE, os funcionários identificados e uniformizados de maneira condizente com o serviço, observando ainda as normas internas e de segurança.	2

[Handwritten signature]



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

000068

M

13	Deixar de manter, durante todo o período de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação que permitiram sua contratação.	6
14	Deixar de disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes.	2
15	Deixar de responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus prestadores de serviço e por quaisquer prejuízos que sejam causados à CONTRATANTE e a terceiros.	6
16	Deixar de encaminhar documentos fiscais e todas as documentações determinadas pelo fiscal do Contrato para efeitos de atestar a entrega dos bens e comprovar regularizações.	4
17	Deixar de resguardar que seus funcionários cumpram as normas internas do CONTRATANTE e impedir que os que cometerem faltas a partir da classificação de natureza grave continue na prestação dos serviços.	3
18	Deixar de assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias para o atendimento dos prestadores de serviço acidentados ou com mal súbito.	6
19	Deixar de relatar à CONTRATANTE toda e quaisquer irregularidades ocorridas, que impeça, altere ou retarde a execução do Contrato, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento.	5
20	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do objeto.	5
21	Recusar fornecimento determinado pela fiscalização sem motivo justificado.	3
22	Retirar das dependências da Administração quaisquer equipamentos ou materiais de consumo sem autorização prévia.	3
23	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	6

12.27. A inexecução do objeto deste Termo de Referência, total ou parcialmente, poderá ensejar a rescisão contratual, na forma dos artigos 137, 138, 139 e 155 da Lei nº 14.133/2021, com as consequências previstas em lei e neste instrumento;

12.28. A rescisão unilateral do Contrato a ser firmado poderá ser determinada pela Administração, de acordo com o inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, com as consequências elencadas no art. 139 do referido diploma legal e sem prejuízo das demais sanções impostas pela lei e por esse Termo de Referência;

12.29. Constituem motivo para rescisão do Contrato, todos os incisos constantes do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;

12.30. As formas de rescisão estão previstas no art. 138, Incisos de I a III, da Lei nº 14.133/2021;

12.31. Os casos omissos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

12.32. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

12.33. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade.

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Avenida Otoniel Dórea 403, Bairro Centro, Itabaiana/SE | CEP 49500-042
E-mail: educacao.itase@gmail.com | www.itabaiana.se.gov.br
Telefone: 79-3431-9727



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

1.000069
m

- 13.1. O valor estimado da contratação é de R\$ - considerando-se a previsão orçamentária com base no PCA 2024.
- 13.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em -.
- 13.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 13.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 13.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 13.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 13.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 13.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 13.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

02.05 –Secretaria de Educação- FUNDEB

12.361.0005.2029– Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB

33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

33903913 – Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas e Intangíveis

Fonte 15400001 – Transferências do FUNDEB- Impostos e Transferências de Impostos

02.05 –Secretaria de Educação

12.368.0005.2028– Manutenção Salário Educação

33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

33903913 – Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas e Intangíveis

Fonte 15500000 – Transferências do Salário Educação



000070
h

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA/SE

02.05 –Secretaria de Educação

12.361.0005.2019 – Manutenção do Sistema de Transporte Escolar

33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

33903913 – Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas e Intangíveis

Fonte 15530000 – Transferências do Recurso do FNDE Referentes ao Programa
Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Itabaiana/SE, em 04 de maio de 2026

Gardênia Menezes Martins

Gardênia Menezes Martins